

(Handwritten mark)

ANEXO I

(Bibliografia da Prova de Conhecimentos)

À ata número dois do procedimento concursal aberto pelo aviso 6947/2017, publicado em Diário da República 2ª série, n.º120, de 23 de junho, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira e categoria de técnico superior, para a exercer funções na Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Património na área da contabilidade.

Legislação para perguntas de enquadramento geral:

- a) Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio (Lei Orgânica da Direção-Geral do Património Cultural);
- b) Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho (Estatutos da Direção-Geral do Património Cultural);
- c) Despacho n.º 11142/2012, de 16 de agosto (Criação das unidades Orgânicas flexíveis da DGPC);
- d) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Contrato em Funções Públicas)
- e) Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro (Bases da Contabilidade Pública)
- f) Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro (Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central)
- g) Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua redação atual (Regime financeiro dos serviços e organismos da Administração Pública)
- h) Decreto-Lei n.º 232/97, 3 de setembro (Aprova o POCP)
- i) Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação (Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas)
- j) Portaria n.º 128/2017, de 5 de abril (Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do SNC-AP)
- k) Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (Lei do enquadramento orçamental)
- l) Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017)



- m) Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (Decreto de execução orçamental para 2017)
- n) Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual (Lei dos compromissos e dos pagamento em atraso)
- o) Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual (Regulamenta os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso)

Lisboa, em 26 de julho de 2017

O Presidente do Júri,

(Manuel Correia Diogo Baptista)